

Consciência e Propósito no Behaviorismo Radical*

Júlio César C. de Rose

Na introdução de seu livro *About Behaviorism*, Skinner enumera 20 objeções que são comumente feitas ao behaviorismo e que, em sua opinião, são infundadas. Neste texto tratarei especialmente da refutação que Skinner dá a três destas objeções, que são:

- 1) "ele (o behaviorismo) ignora a consciência e os estados mentais".
- 2) "ele formula o comportamento simplesmente como um conjunto de respostas a estímulos, representando assim a pessoa como um autômato, robô, boneco ou máquina".
- 3) "ele não dá lugar para intenção ou propósito" (Skinner, 1974, p. 4).

Pretendo, acompanhando a argumentação de Skinner, mostrar que a Psicologia Comportamental, ao menos na versão "radical" skinneriana, não adota o caminho simplista de negar a existência da consciência ou de estados internos, nem se reduz a um mecanismo do tipo estímulo-resposta.

Inicialmente, é conveniente explicitar o que Skinner entende por behaviorismo. Ele designa, por este termo, uma filosofia da Psicologia, que se ocupa do objeto e do método desta ciência.

"Algumas das questões que ela formula são: Tal ciência é realmente possível? Pode ela abordar qualquer aspecto do comportamento humano? Que métodos ela pode usar? Suas leis são tão válidas quanto as da Física ou Biologia? Poderá ela conduzir a uma tecnologia, e se tanto, qual será o seu papel nos assuntos humanos?" (Skinner, 1974, p. 3).

A filosofia da Psicologia formulada por Skinner é comumente denominada "behaviorismo radical" (Skinner, 1974), opondo-se, por um lado, às psicologias mentalistas e cognitivistas e, por outro lado, ao "behaviorismo metodológico".

O behaviorismo metodológico guarda estreita afinidade com o positivismo lógico e o operacionalismo. Ele admite a existência da consciência e de eventos mentais, mas propõe sua exclusão das formulações científicas em virtude de sua subjetividade e impossibilidade de observação direta. Como alternativa ele propõe a formulação de leis relacionando o comportamento observável aos eventos ambientais, também observáveis. É claro que esta posição só é admissível acompanhada de um pressuposto adicional, reconhecendo que os eventos mentais podem ser desconsiderados na seqüência causal, uma vez que são determinados por eventos ambientais antecedentes, de modo que estes seriam, em última análise, os determinantes do comportamento observável, ou seja, numa seqüência estímulo - evento mental - comportamento, o elo intermediário poderia ser descartado, de modo que a formulação poderia limitar-se à seqüência estímulo-comportamento, ou estímulo-resposta, sem perder em precisão.

A alternativa proposta por Skinner, o behaviorismo radical, é baseada em um pressuposto fundamental, sobre a natureza dos eventos com os quais a Psicologia lida, do qual decorre uma proposição sobre a natureza das causas do comportamento.

* Fonte original: Bento Prado Júnior (org.). *Filosofia e Comportamento*. Brasiliense, 1982.

O behaviorismo radical assenta-se sobre a negativa ontológica da existência de eventos imateriais, sem dimensões físicas, que se passe em um mundo não-físico. Sua premissa básica é, portanto, a de que só existem eventos materiais ocorrendo em um universo físico. Isto não leva Skinner a descartar enunciados sobre os eventos mentais. Eles podem ser, em alguns casos, reinterpretados como descrições de eventos físicos, ou de relações entre eventos físicos, enquanto em outros casos devem ser tomados como metáforas. Grande parte da obra recente de Skinner é uma tentativa de interpretar os eventos denominados mentais como fenômenos materiais envolvendo relações entre comportamento e ambiente (Skinner, 1969; 1974; 1977).

No entanto, a afirmativa de que só existem eventos materiais não implica que todos os eventos sejam publicamente observáveis, e aí Skinner afasta-se radicalmente do positivismo e do behaviorismo metodológico. Skinner afirma que uma parte do universo (ou seja, do universo material) tem um estatuto especial por estar encerrada dentro do corpo dos seres vivos. Esta característica, por um lado, praticamente impede a observação pública destes eventos e por outro lado confere ao organismo um contato especialmente íntimo com os estímulos que se originam no interior de seu próprio corpo. ¹

Skinner reconhece, portanto, que estes eventos privados não podem ser excluídos do âmbito de uma ciência do comportamento:

"O behaviorismo radical... não insiste na verdade por concordância e pode, portanto, levar em conta eventos que têm lugar no mundo privado do interior do corpo. Ele não chama estes eventos inobserváveis e nem os descarta como subjetivos..." (Skinner, 1974, p. 16).

Para que estes eventos possam ser descritos e levados em conta por uma ciência do comportamento, Skinner admite inclusive a validade da introspecção, advertindo, porém, que o que é observado introspectivamente é uma parte do universo material encerrada no corpo do indivíduo:

"O behaviorismo radical, contudo, adota uma linha diferente. Ele não nega a possibilidade de auto-observação ou autoconhecimento e nem a sua possível utilidade, mas questiona a natureza do que é sentido ou observado e, desse modo, conhecido. Ele restaura a introspecção, mas não o que filósofos e psicólogos introspectivos acreditaram estar *spectando*..." (Skinner, 1974, p. 16).

"A posição pode ser estabelecida do seguinte modo: o que é sentido ou observado introspectivamente não é um mundo não-físico da consciência, mente ou vida mental, mas sim o próprio corpo do observador. Isto não implica... que a introspecção é uma forma de pesquisa fisiológica, nem significa (e este é o centro do argumento) que o que é sentido ou observado introspectivamente são as causas do comportamento..." (Skinner, 1974, p. 17).

Neste ponto, Skinner já estabelece uma proposição adicional a respeito da natureza das causas do comportamento. Ele argumenta que:

"... um organismo comporta-se de determinado modo por causa de sua estrutura corrente, mas a maior parte disto está fora do alcance da introspecção. No momento devemos contentar-nos... com as histórias genética e ambiental da pessoa. O que é introspectivamente observado são certos produtos colaterais dessas histórias" (Skinner, 1974, p. 17).

¹ Este contato "íntimo" é decorrente do desenvolvimento de sistemas nervosos que respondem especialmente aos estímulos privados: são os sistemas interoceptivo e proprioceptivo, que respondem a modificações nas vísceras, glândulas e vasos sanguíneos, e nos músculos, juntas e tendões. Mesmo que os estímulos privados de um indivíduo pudessem ser detectados e estudados por outro indivíduo, através de um equipamento especial, o outro não responderia a estes estímulos da forma especial proporcionada por estes sistemas nervosos: o estudioso poderia detectar estímulos dolorosos, por exemplo, mas não poderia sentir a dor. Este tratamento dado por Skinner aos eventos privados respeita a noção de "consciência pessoal" proposta por William James (*Principles of Psychology*, Britannica Great Books, 1953, pp. 188-259).

Esta afirmativa precisa ser um pouco comentada e completada: ela assegura que o comportamento tem sua causa na estrutura biológica do organismo (de passagem negando que o behaviorista radical considere o organismo como "vazio"). A estrutura biológica do organismo, em um dado momento, é efeito de duas histórias: a história genética, resultante da evolução da espécie até o momento da concepção do indivíduo, e, em seguida, a história ambiental, envolvendo as relações entre o indivíduo e seu meio, desde o momento da concepção.

Não compete à Psicologia descrever como a estrutura de um indivíduo é modificada no curso de sua história, e nem como a estrutura causa o comportamento, e devemos esperar que a Fisiologia eventualmente o faça. A Psicologia permanece como uma ciência independente que trata das relações entre o comportamento e o ambiente. É, de todo modo, à história do indivíduo que precisaremos recorrer para explicar porque este se comporta de determinado modo:

"Os homens agem sobre o mundo, modificam-no e, por sua vez, são modificados pelas conseqüências de sua ação" (Skinner, 1957, p. 15).

A afirmativa de que os eventos privados são apenas produtos colaterais da história ambiental tem uma abrangência muito precisa: Skinner quer afirmar apenas que um dado comportamento não é causado por um sentimento, pensamento ou qualquer evento privado imediatamente antecedente, mas por toda uma história de relações entre o indivíduo e seu ambiente. Sentimentos, pensamentos, etc. são também formas de comportamento produzidas por esta mesma história.

A afirmativa, recorrente na obra de Skinner, de que as causas do comportamento estão no ambiente, deve ser entendida de acordo com uma noção muito ampla de ambiente, que não inclui apenas a configuração de eventos que antecede o comportamento, como em certas versões da Psicologia estímulo-resposta, mas todo um tecido de relações entre comportamento e ambiente interagindo, por sua vez, com a sua herança genética. Os eventos privados têm, é claro, também uma parte bastante importante nesta história individual.

Evidentemente, não pode haver dois indivíduos com a mesma história, de modo que indivíduos diferentes comportar-se-ão de modo diferente, mesmo que sejam expostos a situações idênticas. Skinner tem sido um dos mais ferrenhos adversários dos métodos estatísticos no estudo do comportamento, argumentando que a utilização de dados médios de grupos obscurece justamente estas diferenças individuais que o pesquisador não pode ignorar, sob pena de chegar a generalizações que não se aplicam ao comportamento de indivíduos concretos:

"O sistema complexo que denominamos um organismo tem uma história elaborada e grandemente desconhecida, que lhe confere uma certa individualidade. Nunca dois organismos entram em um experimento precisamente nas mesmas condições e nem são afetadas da mesma maneira pelas contingências em um espaço experimental. (É característico da maioria das contingências que elas não são controladas precisamente e, em qualquer caso, são efetivas somente em combinação com o comportamento que o organismo traz para o experimento). As técnicas estatísticas não podem eliminar este tipo de individualidade, elas só podem obscurecê-la" (Skinner, 1969, pp. 111-112).

A rejeição dos métodos estatísticos decorre da ênfase sobre a história individual como determinante do comportamento. O objetivo do programa experimental skinneriano é a busca de leis gerais dando conta da relação entre ambiente e comportamento. Embora as leis buscadas devam ter um caráter de generalidade, aplicando-se usualmente a, pelo menos, todos os indivíduos da espécie, os processos descritos por elas combinam-se de maneira peculiar em cada indivíduo; é mais interessante, portanto, o estudo extensivo de poucos indivíduos, já que isto permite revelar como as relações entre comportamento e ambiente se processam para indivíduos concretos.

CONTINGÊNCIAS DE REFORÇO E A NOÇÃO DE COMPORTAMENTO OPERANTE

A ação do ambiente sobre o organismo após a ocorrência da resposta é manejada através da noção de contingências de reforço. Contingência refere-se a um arranjo temporal no qual um evento é

consistentemente seguido por outro. Por exemplo, no caso do comportamento pavloviano, a apresentação de comida segue-se (é contingente) a um estímulo, o som da campainha; no experimento de Skinner a apresentação de comida é contingente à resposta de pressão a uma barra. Já em 1935, Skinner notava que havia uma diferença importante entre o condicionamento produzido por contingências entre estímulos e o produzido por contingências entre resposta e estímulo. Esta distinção inicial entre dois tipos de reflexos condicionados levou Skinner (1937) a considerar o paradigma pavloviano como restrito a uma categoria de comportamentos, denominados respondentes, incluindo as respostas do organismo que são evocadas por um estímulo determinado; a maior parte dos comportamentos dos organismos superiores, especialmente aqueles que envolvem a ação da musculatura estriada, estaria excluída desta categoria, porque seria impossível encontrar um estímulo eliciador para estas respostas; estes comportamentos parecem ocorrer espontaneamente (por isso Skinner diz que eles são emitidos) e estão, por assim dizer, dirigidos a certas metas. Esta categoria foi denominada comportamento operante, para ressaltar que são os comportamentos que operam sobre o ambiente. ²

O tratamento dado ao comportamento operante visa capturar essa relação entre a resposta e sua consequência, sem comprometer-se com uma fórmula teleológica. As noções fundamentais na fórmula de Skinner são as de operante e reforço.

O termo operante designa uma classe de respostas. A característica comum a estas respostas é que elas possuem a propriedade à qual o reforço é contingente. Um operante é, portanto, uma categoria cujas instâncias concretas são respostas do organismo, ou seja, ocorrências discretas de comportamento. Estas respostas não são definidas por sua forma, mas por sua relação com a consequência. A consequência pode ser contingente a propriedades molares como, por exemplo, dirigir um carro de São Paulo até o Rio de Janeiro, ou a propriedades mais moleculares como, por exemplo, engatar uma primeira.

A definição de reforço é baseada na idéia de taxa ou frequência de respostas pertencentes a um operante. Skinner observa que alguns eventos, quando se tornam contingentes a respostas de uma dada classe, têm o efeito de aumentar a taxa ou frequência subsequente de respostas da mesma classe. Estes eventos são denominados reforços. ³

Tem sido observado que a definição de operante e de reforço é circular (Schick, 1971). Skinner argumenta que não há circularidade, notando que a observação empírica mostra que algumas consequências têm o efeito de aumentar a frequência subsequente de respostas de um operante, enquanto outras não têm.

Os estímulos antecedentes à emissão de uma resposta também são importantes: quando uma resposta é reforçada em uma determinada situação, sua probabilidade aumenta diante de novas ocorrências daquela situação; deste modo, os estímulos antecedentes não eliciam ou forçam a ocorrência do comportamento operante, mas estabelecem a ocasião na qual uma resposta, se emitida, será reforçada.

As relações entre comportamento e ambiente são de tal modo que respostas de uma classe qualquer são seguidas por reforço somente se ocorrerem em determinadas situações ambientais: passar a marcha do carro só será reforçado se a embreagem estiver pressionada e a velocidade do carro for apropriada; comer uma fruta só será reforçado se ela estiver madura, e assim por diante. O comportamento dos organismos é sensível a estas relações, desenvolvendo um controle por estímulos.

Um exemplo deste processo, frequentemente citado por Skinner, é a aprendizagem de nomes de cores por parte de crianças. Se a criança diz a palavra "vermelho" em presença de um objeto vermelho, ela geralmente terá como consequência uma palavra ou sinal de aprovação por parte de um adulto.

² Skinner admite ocasionalmente que a distinção entre comportamentos operantes e respondentes é paralela à distinção entre comportamentos voluntários e involuntários.

³ De acordo com Skinner (1974) a susceptibilidade à ação de determinados reforços decorre do patrimônio genético da espécie, enquanto outros eventos tornam-se reforços em decorrência da história cultural e individual.

O mesmo não ocorrerá se a palavra "vermelha" for dita em presença de um objeto não-vermelho. O reforço (palavra ou sinal de aprovação) segue-se à resposta (dizer a palavra "vermelho") somente quando esta ocorre em uma situação especial (presença de objeto vermelho). Gradualmente a probabilidade desta resposta ocorrer aumentará em situações similares e tenderá a diminuir em presença de situações diferentes. Desta forma, no início a criança poderá dizer "vermelho" quando lhe for perguntada a cor de um objeto amarelo, mas à medida que a criança vai sendo freqüentemente exposta a situações em que é solicitada a nomear cores e é aprovada ou corrigida em casos de acertos ou erros, a probabilidade da ocorrência da resposta "vermelho" tende a aumentar na presença de objetos vermelhos, reduzindo-se virtualmente a zero em presença de objetos não-vermelhos.

Portanto, de acordo com Skinner, uma formulação adequada das relações entre comportamento e ambiente deve levar em conta três aspectos: 1) a situação ambiental na qual uma resposta ocorre, 2) a própria resposta e 3) as conseqüências da resposta. De acordo com Skinner, as inter-relações entre estes três termos definem as contingências de reforço.

Skinner e seus colaboradores desenvolveram todo um programa de pesquisa destinado a esmiuçar os diferentes tipos de inter-relação entre comportamento e ambiente, mostrando que diferentes tipos de contingências de reforço têm efeitos característicos sobre o comportamento dos indivíduos. (Veja-se, por exemplo, Skinner, 1969, capítulos 1 e 5).

A concepção de Skinner não é inteiramente original, retomando a "lei do efeito" de Thorndike. A abordagem skinneriana tem também uma relação com a teoria darwiniana da seleção natural. Nesta, uma formulação teleológica de evolução das espécies é substituída por uma idéia de seleção das mutações casuais mais favoráveis. A versão skinneriana também substitui a explicação do comportamento voluntário por uma noção de fortalecimento das formas comportamentais que têm conseqüências mais favoráveis. A analogia com a teoria da evolução não é, no entanto, perfeita, porque Skinner não concebe o efeito do reforço como seleção pura (cf. Staddon e Simmelhag, 1971), mas supõe um efeito de fortalecimento do comportamento reforçado. De acordo com Skinner, este efeito torna-se literalmente visível quando se prepara uma situação experimental livre de fatores interferentes. Nestes casos, a ocorrência de um único reforço produz um aumento imediato na freqüência de uma resposta padronizada.

A formulação de Skinner tem, no entanto, várias características originais e bastante poderosas em termos explicativos. Em primeiro lugar, pode-se mencionar o tratamento dado ao problema das classes de respostas. Trata-se, de fato, de identificar na corrente sempre mutável do comportamento, unidades que ocorram repetidamente. Admitindo-se que não há repetição exata de uma forma de comportamento, como se podem agrupar instâncias de comportamento em classes analiticamente significativas? O tratamento dado por Skinner a este problema é bastante complexo (Skinner, 1935b; 1953; 1969), mas o ponto básico para sua compreensão é notar que ele descarta a classificação com base na topografia ou forma do comportamento e busca captar classes funcionalmente relevantes de acordo com as contingências de reforço. Deve haver, segundo Skinner, relações entre respostas num fluxo comportamental que permitam extrair uma classe de respostas que, embora tenham topografias diferentes, sejam aproximadamente substituíveis entre si. Esta "equivalência" funcional é garantida por uma relação comum que as respostas de uma mesma classe guardam com o reforço. Uma classe de respostas, ou operante, não pode ser determinada *a priori*, mas deve corresponder a um dinamismo da diferenciação do comportamento. Assim, quando um reforço segue-se a uma resposta qualquer, ele não terá um efeito sobre a resposta que ocorreu, uma vez que esta já não existe mais. O efeito do reforço será sustentar a probabilidade de ocorrência de outras respostas que poderão ser semelhantes à primeira em alguma dimensão. O reforço de uma resposta poderá gerar respostas de topografias variadas, que serão subseqüentemente submetidas seletivamente à ação de novos reforços. À medida que algumas dessas respostas vão sendo reforçadas e outras não, uma classe de respostas gradualmente emerge: esta classe engloba as respostas que contêm a propriedade à qual o reforço é contingente. Assim, a ocorrência de uma única instância comportamental seguida por reforço não permite a formação de uma classe de respostas; é necessária uma seqüência de respostas, de modo que a relação de contingência extraia e diferencie um operante. Da mesma forma, quando um observador vê a ocorrência de uma instância comportamental singular reforçada, ele não tem elementos para identificar um operante. Ele precisa

observar um número maior de ocorrências que lhe permitam identificar a propriedade à qual o reforço é contingente.

Esta noção, até aqui algo obscura, poderá ser clarificada com um exemplo; bastante elucidativo é o tratamento dado por Skinner ao comportamento agressivo:

"... nenhum comportamento é agressivo por causa de sua topografia. Uma pessoa que, em dado momento, está agressiva é uma que, entre outras características, 1) apresenta uma possibilidade elevada de comportar-se verbalmente ou não-verbalmente de modo tal que alguém seja atingido (juntamente com uma probabilidade diminuída de agir, de modo que ele seja positivamente reforçado) e 2) é reforçada por tais conseqüências" (Skinner, 1969).

Este exemplo descreve uma classe de respostas ou um operante, que podemos rotular como comportamento agressivo. Este operante é definido como a classe de respostas que possui a propriedade comum de causar dano (físico ou não-físico) a outrem. Quando um indivíduo está agressivo, o dano causado a outrem é um evento reforçador para ele (proposição 2); nesta condição podemos dizer que existe uma contingência de reforço relacionando o dano causado a outrem (conseqüência) a uma ampla gama de resposta que, em determinadas situações, produzem dano. Estas respostas vão desde ataques físicos a respostas verbais ou expressões faciais; é claro que cada indivíduo particular apresentará um padrão idiossincrático de comportamento agressivo que decorrerá de modo como as contingências operaram em relação a ele.

Uma segunda implicação da noção de operante é a idéia de diferenciação contínua do comportamento. Esta idéia, até certo ponto, contradiz a noção de classe apresentada até aqui, uma vez que à medida que o comportamento vai sendo exposto às relações de contingência, os operantes vão, normalmente, sofrendo uma progressiva diferenciação.

Isto ocorre, em primeiro lugar, porque as contingências de reforço envolvem sempre uma inter-relação entre comportamento e ambiente. Seu efeito depende, portanto, do comportamento que o indivíduo traz num dado momento para a situação. À medida que o comportamento muda, por efeito da contingência, esta pode mudar por sua vez, já que o novo comportamento gerado por ela altera as relações com o ambiente que prevalecia antes. As relações de contingência não existem no vazio, independentes do comportamento. À medida que o comportamento muda pelo próprio efeito das relações de contingência, mudam também estas porque o novo comportamento interage com o meio de modo diferente. Deste modo, a relação entre comportamento e ambiente envolve uma interação dinâmica, onde o comportamento muda constantemente o ambiente e se diferencia progressivamente. Gianotti (1974) comparou esta noção de diferenciação à extração, pelo escultor, de uma forma definida a partir da massa indiferenciada; ele notou também que a noção de operante, da forma como é empregada por Skinner, encerra uma contradição, pois aponta por um lado para este processo de contínua diferenciação do comportamento enquanto, por outro lado, a força de um operante se caracteriza por sua probabilidade, que pressupõe uma classe definida e relativamente estática.

Esta contradição não é resolvida plenamente na obra de Skinner, que insiste na noção de classe e probabilidade de resposta, especialmente em seus trabalhos experimentais, enquanto aponta para o caráter dinâmico do operante em boa parte de sua obra teórica. Algumas implicações decorrentes dessa contradição foram apontadas por Schick (1971). Apesar destas contradições, o conceito de operante parece dar fundamento à concepção behaviorista mais viável acerca do propósito e da consciência.

COMPORTAMENTO OPERANTE E PROPÓSITO

O conceito de operante é utilizado para tratar das ações tradicionalmente consideradas voluntárias. Tais comportamentos não são eliciados por estímulos antecedentes e parecem dotados de um propósito porque são dirigidos para certas finalidades ou objetivos e, principalmente, porque o próprio indivíduo é capaz de relatar intencionalidade ou finalidade de sua conduta.

A idéia de finalidade ou propósito é tratada, com o conceito de operante, de modo similar ao tratamento darwiniano da noção de finalidade na evolução das espécies. Também no caso do comportamento há uma direcionalidade, porque as formas de conduta que não têm resultado favorável vão sendo gradualmente abandonadas, enquanto aquelas que têm conseqüências reforçadoras vão sendo progressivamente diferenciadas. Nos dois casos a explicação teleológica é substituída pela idéia de seleção das variantes melhor sucedidas (variantes de caracteres individuais em um caso e variantes de comportamento no outro caso).

O comportamento operante é, portanto, no dizer de Skinner, orientado para o futuro, embora não possa ser explicado pela sua finalidade:

"Possivelmente, nenhuma crítica ergue-se tão freqüentemente contra o behaviorismo quanto a de que ele não pode lidar com o propósito ou a intenção. Uma fórmula estímulo-resposta não tem saída, mas o comportamento operante é o próprio campo do propósito e intenção. Por sua própria natureza, ele se dirige para o futuro: uma pessoa age a *fim de que* ⁴ algo aconteça e finalidade aqui significa uma ordem temporal de eventos" (Skinner, 1974, p. 55).

O propósito está, por assim dizer, embutido na própria definição do operante. Ou seja, ele tem um caráter direcional em virtude do processo de diferenciação do comportamento que extraiu, da seqüência indiferenciada de movimento do organismo, uma categoria de respostas funcionalmente intercambiáveis em virtude de sua relação temporal com a conseqüência reforçadora. São as contingências de reforço que permitem esta diferenciação de categorias orgânicas de ação; esta organicidade é assegurada pela existência de contingências relativamente estáveis, mantidas pelo meio físico ou pelas práticas culturais.

Deste modo um operante não é simplesmente movimento "cego" do organismo, como afirmam freqüentemente os adversários da posição behaviorista. A noção skinneriana de comportamento não se confunde com a de movimento do organismo. O operante é uma categoria que sofreu um processo de diferenciação que lhe confere uma relação especial com o meio. Ele pode incluir inclusive formas distintas de movimentos (topografias distintas), que se tornaram funcionalmente intercambiáveis por sua relação comum com o ambiente (recorde-se o exemplo do comportamento agressivo apresentado na seção precedente).

É esta distinção entre comportamento e movimento que permite a Skinner considerar todas as atividades chamadas mentais como exemplos de categorias comportamentais:

"Os seres humanos atentam para ou desconsideram o mundo em que vivem. Eles buscam coisas neste mundo. Eles generalizam de uma coisa para outra. Eles discriminam. Eles respondem a aspectos singulares ou a conjuntos especiais de aspectos, 'abstraindo' ou formando 'conceitos'. Eles solucionam problemas agrupando, classificando, arranjando e rearranjando as coisas. Eles descrevem as coisas e respondem às suas descrições feitas por outros. Eles analisam as contingências de reforço no seu mundo e extraem planos e regras que os habilitam a responder apropriadamente sem exposição direta às contingências. Eles descobrem e utilizam regras para derivar regras novas a partir de antigas. Em tudo isto e muito mais, eles estão simplesmente se comportando, e isto é verdadeiro mesmo quando seu comportamento é encoberto. Uma análise comportamental não rejeita qualquer um desses "processos mentais superiores"; ela tomou a liderança na investigação das contingências sob as quais eles ocorrem. O que ela rejeita é a suposição de que atividades comparáveis têm lugar em um mundo misterioso da mente" (Skinner, 1974, p. 223).

Assim, embora o comportamento operante seja uma reinterpretação da noção de propósito, Skinner rejeita enfaticamente a explicação do comportamento como efeito de um propósito estabelecido previamente na mente do indivíduo. Neste sentido, Skinner acompanha a trajetória de Ryle (1950) que

⁴ A citação original é intraduzível para o português porque Skinner utiliza a expressão "in order that" para enfatizar que a noção de finalidade deriva de uma seqüência temporal de eventos. Em outro texto (Skinner, 1964) ele afirma que a relação entre comportamento e conseqüência no operante, constitui uma versão humeana de causalidade.

rejeitou os conceitos mentais enquanto operações fantasmiais que precedem e causam o comportamento, reinterpretando a mente como uma propriedade organizativa do próprio comportamento.

Skinner afasta-se, assim, da concepção corrente de que um comportamento intencional é causado por uma intenção previamente formulada no mundo da mente. A "causa" do comportamento deve ser procurada na história anterior do indivíduo, em interação com a herança genética. Isto não implica negar a existência de uma condição que anteceda o comportamento e que seja sentida pelo indivíduo como uma intenção ou desejo. Apenas, para Skinner, esta é uma condição corporal, constando de estímulos privados e provavelmente respostas precursoras do comportamento a ser manifestado. Embora esta condição seja real e possa, em grande parte dos casos, ser sentida pelo indivíduo, por exemplo, na forma de uma "inclinação" ou "tendência" para agir, ela não deve ser tomada como uma causa do comportamento subsequente. De fato, a tendência ou inclinação é tão resultante da história quanto o comportamento subsequente e, como tal, não pode ser tomada como uma verdadeira causa. Ela seria mais um correlato do comportamento, resultante, como ele, das contingências de reforço a que o indivíduo foi exposto.

Há, no entanto, um sentido em que o propósito pode desempenhar um papel causal mais ativo; isto ocorre quando o indivíduo torna-se capaz de tomar consciência do seu propósito. De fato, o comportamento operante pode ocorrer sem que exista, por parte do indivíduo, consciência do que está fazendo. Consciência aqui é entendida como a capacidade de relatar para os outros ou para si próprio o que ocorreu. Na realidade, o comportamento operante é basicamente inconsciente, e a consciência só surge, eventualmente, no curso da vida do homem, como um produto social. A consciência aí pode envolver a capacidade de relatar a própria ação ou os sentimentos que a antecedem e, num nível bem mais elaborado e mais difícil de atingir, o dar-se conta das razões do próprio comportamento.

Neste último caso, Skinner sustenta, como Freud, que os seres humanos freqüentemente não têm consciência da razão de sua conduta e, comumente, admitem razões distorcidas em virtude da repressão ou outras formas de controle que têm origem no meio social. Nestes casos, os indivíduos não têm consciência do real propósito de suas ações. Skinner (1974, capítulo 8) mostra que as razões pelas quais um indivíduo se comporta são as conseqüências reforçadoras que mantêm o seu comportamento. Quando o indivíduo tem consciência destas razões, pode-se dizer que o comportamento é proposital. A consciência neste caso, como será discutido na seção seguinte, é resultado de poderosas contingências de reforço, mantidas em certas culturas que dão especial valor ao autoconhecimento e encorajam o relato verbal do comportamento e de seus objetivos ou razões.

"Uma pessoa pode estabelecer seu propósito ou intenção, contar-nos o que ela espera fazer ou obter, e descrever-nos suas crenças, pensamentos e conhecimentos. (Ela não pode fazer isto, certamente, enquanto não tenha se tornado 'consciente' das conexões causais). As contingências são, todavia, efetivas *mesmo quando a pessoa não pode descrevê-las*. Nós podemos pedir a ela que faça uma descrição depois do fato ('Por que você fez aquilo?'), e ela pode então examinar seu próprio comportamento e descobrir sua crença ou propósito pela primeira vez. Ela não tinha consciência do seu propósito quando agiu, mas pode estabelecê-lo depois" (Skinner, 1969, p. 126).

Quando o indivíduo tem consciência do seu propósito ele pode explicitá-lo na forma de uma regra de conduta ou uma resolução.⁵ Uma resolução pode ser expressa na forma de comportamento manifesto, mas o que ocorre com maior freqüência é que o indivíduo a formulou apenas para si próprio, na forma de comportamento encoberto. De qualquer modo, sempre dependendo da história anterior da pessoa, a resolução assim formulada pode tomar parte nas contingências de reforço que controlam o comportamento subsequente, aumentando a probabilidade de que a resolução seja cumprida.

"Uma formulação mais explícita pode ser feita antes do ato: um homem pode anunciar seu propósito, estabelecer sua intenção ou descrever os pensamentos, crenças e conhecimentos sobre os quais

⁵ O tratamento mais aprofundado desta questão encontra-se em Skinner, 1969, capítulo 6.

uma ação se baseia. Estes não podem ser relatos da ação que ainda não ocorreu; eles parecem, em vez disso, descrever precursores. Uma vez que uma formulação desta foi feita, ela pode muito bem determinar a ação, como uma regra construída para o próprio indivíduo. Ela é então um verdadeiro precursor que tem um efeito óbvio sobre o comportamento subsequente. Quando ela é encoberta, pode ser difícil de perceber para um observador externo; mas ela ainda é uma forma de comportamento ou um produto do comportamento, ao invés de um precursor mental" ⁶ (Skinner, 1969, p. 216).

A resolução, neste caso, fará parte, juntamente com outros aspectos do ambiente, do primeiro termo envolvido nas contingências de reforço, ou seja, a situação na qual um dado comportamento será reforçado caso seja emitido. Neste caso, se o indivíduo tiver uma história anterior de freqüente reforçamento quando cumpre suas próprias resoluções, pode-se dizer que a sua resolução ou decisão determina, em parte, seu comportamento subsequente. Ela determina um aspecto da contingência em que o comportamento está envolvido, e que é efetivo somente em virtude da história particular do indivíduo. Cabe ressaltar aqui que não há sentido, para Skinner, na idéia de uma causa única para o comportamento: este é sempre multideterminado por um conjunto de aspectos da situação corrente em interação com a história do indivíduo.

A CONSCIÊNCIA SEGUNDO O BEHAVIORISMO RADICAL

Tenho mostrado até aqui que o behaviorismo radical skinneriano não nega a existência dos chamados fenômenos mentais. Ou seja, Skinner e seus seguidores não negam, como se afirma com freqüência, que os seres humanos sentem, pensam, têm idéias e intenções, fazem planos etc. O behaviorismo radical procura, no entanto, reinterpretar estas ocorrências como ações da pessoa, ou mais apropriadamente, como relações entre a ação e o ambiente. Por ambiente entende-se aqui tanto o ambiente interno, envolvendo a estimulação privada, quanto o ambiente físico e social que rodeia a pessoa.

A consciência, especialmente, tem sido considerada como o aspecto mais importante da vida mental e o behaviorismo é freqüentemente rejeitado como incapaz de dar conta do fenômeno da consciência. No entanto Skinner afirma que o behaviorismo radical oferece um tratamento mais eficaz da consciência do que as Psicologias mentalistas:

"Uma ciência do comportamento não ignora, como se diz freqüentemente, a consciência. Pelo contrário, ela vai muito além das Psicologias mentalistas ao analisar o comportamento autodescritivo. Ela tem sugerido maneiras melhores para ensinar o autoconhecimento e também o autocontrole, que depende do autoconhecimento" (Skinner, 1969, p. 245).

Para explicar a experiência consciente Skinner (1969, 1974) procura, em primeiro lugar, refutar a idéia de que o organismo, de algum modo, faz cópias do mundo externo que são apreciadas em uma espécie de teatro interno. Para tanto, Skinner interrelaciona um argumento lógico e um argumento neurofisiológico.

Citando as descobertas mais recentes de neurofisiologia, Skinner argumenta que o sistema nervoso aferente não reproduz o padrão de estimulação externa; os impulsos nervosos não têm muita

⁶ O professor Walter Cunha chamou-me a atenção para um notável exemplo literário desta forma de regra ou resolução. Trata-se do episódio de *Le Rouge et le Noir*, de Stendhal, no qual Julien Sorel, para reforçar sua decisão de tocar a mão da Sra. de Renal, decide que o fará inapelavelmente antes que se completem as doze badaladas da meia noite. Se ao soar a última badalada ele não tiver realizado seu intento, subirá ao seu quarto e se suicidará. De fato, ao soar a última badalada, Julien toca a mão da Sra. de Renal. O professor Cunha mostrava, com este exemplo, de que modo um comportamento manifesto pode ser causado por um evento mental. Porém a resolução de Julien pode ser entendida também como um comportamento encoberto que, apoiado por um estímulo externo, tem uma função nas contingências de reforço que mantêm o comportamento manifesto. A aplicação da teoria skinneriana depende criticamente da noção de comportamento encoberto que, em muitos casos, praticamente substitui a idéia de evento mental. Esta noção, como muitos conceitos na teoria skinneriana, tem pouco apoio experimental (ao menos até o presente), mas tem a função de assegurar a coerência do edifício teórico.

semelhança com os objetos vistos, e a semelhança é ainda menor no caso da audição e outras modalidades sensoriais. O argumento principal é, no entanto, de caráter lógico: a reprodução interna do mundo externo não pode explicar a visão ou qualquer outra forma de experiência, porque de qualquer modo restaria explicar como o indivíduo vê a reprodução:

"Suponhamos que alguém cubra os lobos occipitais com uma emulsão fotográfica especial que, quando desenvolvida, forneça uma cópia razoável de um estímulo visual corrente. Em muitas áreas isto seria considerado um triunfo na fisiologia da visão. Contudo, nada poderia ser mais desastroso, porque teríamos de começar tudo de novo e perguntar como um organismo vê um quadro em seu córtex occipital, e teríamos agora muito menos cérebro disponível para procurar a resposta" (Skinner, 1969, p. 232).

A alternativa proposta por Skinner elimina a representação interna e considera a visão como uma forma de comportamento:

"Em algum ponto o organismo deve fazer mais do que criar duplicatas. Ele deve ver, ouvir, cheirar e assim por diante, como formas de ação e não de reprodução. Ele deve fazer algumas das coisas que são diferencialmente reforçadas quando ele aprende a responder discriminativamente" (Skinner, 1969, p. 232).

Ver, ouvir, assim como sentir, são de acordo com Skinner, formas de comportamento discriminativo, ou seja, comportamento que mantém uma correspondência com os padrões de estimulação externa, de acordo com contingências de reforço mantidas pela comunidade verbal ou pelo ambiente físico. Por exemplo, a pessoa aprende a ver cores diante de contingências mantidas pela comunidade verbal, que a induz a nomear uma dada cor, aprovando quando o nome é adequado e corrigindo quando não é. Uma pessoa não vê ou não conhece cores enquanto este comportamento discriminativo de nomear diferentes cores não é estabelecido pela comunidade verbal. Diferentes culturas podem variar as contingências mantidas, desenvolvendo uma discriminação de cores mais refinada ou mais grosseira.

O comportamento de ver um determinado objeto é adquirido usualmente em presença do objeto, mas pode vir a ocorrer em presença de objetos parecidos, ou mesmo na ausência do objeto, dependendo de outras variáveis.

"É comumente mais fácil para nós ver um amigo quando estamos olhando para ele, porque os estímulos visuais, semelhantes aos que estavam presentes quando o comportamento foi adquirido, exercem controle máximo sobre a resposta. Mas a mera estimulação visual não é o bastante; mesmo depois de termos sido expostos ao necessário reforçamento, podemos não ver um amigo que esteja presente a menos que tenhamos razão para fazê-lo. Por outro lado, se as razões são suficientemente fortes, podemos vê-lo em alguém que tem apenas semelhança superficial com ele, ou mesmo quando não há ninguém como ele" (Skinner, 1969).

O paradigma das contingências de reforço é utilizado para descrever o comportamento de ver, sendo interessante notar que a resposta é inferida, sendo impossível observá-la. A hipotética resposta visual é inferida através do comportamento manifesto. É importante analisar um pouco as contingências supostas por Skinner. Sabemos que as contingências inter-relacionam três termos: uma situação antecedente, uma resposta e conseqüências reforçadoras. No caso do comportamento de ver, o aspecto crítico da situação quando o comportamento é adquirido é a presença do objeto visto. A resposta não é observável e sua topografia é desconhecida. Vários tipos de conseqüências reforçadoras podem ser contingentes à resposta de ver. Em alguns casos, a própria estimulação produzida pela resposta pode ser reforçadora, como uma visão de um quadro ou paisagem. Em outros casos, o que é mais comum, a estimulação visual produzida pela resposta de ver um objeto permite que nos comportemos de modo mais eficiente com relação ao objeto ou com relação às demais pessoas presentes. Se eu vejo um caminhão trafegando na contramão posso alertar o motorista do carro, permitindo que este desvie do caminhão, o que é reforçador para mim e para ele.

O reforço advindo do comportamento de ver pode explicar a ocorrência do comportamento na ausência do objeto visto. Fantasias, sonhos e alucinações são, de acordo com Skinner, formas de comportamento visual ocorrendo na ausência do "objeto visto". Imaginar, por exemplo, não seria produzir uma reprodução interna do objeto ausente, mas engajar-se em um comportamento visual semelhante ao apresentado diante do objeto. Este comportamento produziria estímulos privados semelhantes aos ocorridos em presença do objeto, de modo que a imagem visual seria semelhante ao objeto visto embora possivelmente não tão nítida.

No entanto, não é a visão de um objeto que levanta a questão do conteúdo da consciência. Esta surge quando a pessoa é capaz de "ver-que-está-vendo", ou seja, quando o indivíduo pode relatar o seu comportamento visual. Skinner admite que o indivíduo pode ver sem ver-que-está-vendo e isto é o que acontece em condições normais. Nestes casos a pessoa pode ver e responder discriminativamente aos estímulos visuais sem que possa "dar-se conta" do que viu, ou seja, sem ter a capacidade de relatar o que viu para os outros ou para si próprio. Para que a pessoa aprenda a ver-que-está-vendo são exigidas contingências especiais arranjadas pela comunidade verbal que fortalecem um repertório de auto-observação (introspecção) e autoconhecimento. Quando este repertório introspectivo está estabelecido, o comportamento de ver-que-está-o-vendo pode ocorrer quando o indivíduo vê um objeto presente e também quando ele vê um objeto ausente. Não há diferença fundamental entre os dois casos, porque o indivíduo não está relatando o objeto ou uma reprodução deste, mas o seu comportamento de ver. Quando o indivíduo relata a visão de um objeto presente, o estímulo antecedente que exerce controle discriminativo sobre o seu comportamento descritivo não é o objeto, mas o seu comportamento visual juntamente com as conseqüências deste comportamento. Da mesma forma, quando o indivíduo relata um sonho ou uma fantasia, é o seu comportamento visual que exerce controle discriminativo sobre o relato.

Skinner sumariza o seu argumento sobre o conteúdo da consciência do seguinte modo:

"O ponto central da posição behaviorista sobre o conteúdo da consciência pode ser sumarizado deste modo: ver não implica algo visto. Nós adquirimos o comportamento de ver sob estimulação de objetos reais, mas ele pode ocorrer, na ausência desses objetos, sob o controle de outras variáveis. (Quando se considera o mundo debaixo da pele, ele sempre ocorre na ausência de tais objetos). Nós também adquirimos o comportamento de ver-que-estamos-vendo quando estamos vendo objetos presentes, mas ele pode também ocorrer na sua ausência" (Skinner, 1969, pp. 234-235).

O argumento utilizado por Skinner para descrever a tomada de consciência do comportamento de ver é estendido à consciência que as pessoas têm de todos os seus comportamentos, sejam manifestos ou encobertos.

O comportamento operante é basicamente inconsciente, uma vez que a sensibilidade do indivíduo às contingências do ambiente não requer a consciência. O comportamento é modelado e mantido por contingências que atuam mesmo quando o indivíduo não se dá conta delas. No entanto, o indivíduo poderá desempenhar com maior eficiência quando é capaz de descrever o seu comportamento e as variáveis relevantes que o mantém. O seu repertório autodescritivo será útil para si e também para os outros. Em virtude da maximização do reforço que advém da aquisição deste repertório autodescritivo, as comunidades verbais mantêm contingências de reforço que fazem com que o indivíduo adquira consciência, no sentido de ser capaz de relatar o seu comportamento e variáveis das quais ele é função.

"A comunidade está geralmente interessada no que um homem está fazendo, tem feito, ou planeja fazer, e nos motivos desta conduta; ela arranja contingências as quais geram respostas verbais que nomeiam e descrevem os estímulos externos e internos associados com estes eventos. Ela questiona o seu comportamento verbal perguntando 'Como é que você sabe?' e o locutor responde, se o faz, descrevendo algumas das variáveis de que o seu comportamento verbal foi função. A 'consciência' resultante de tudo isto é um produto social" (Skinner, 1969, p. 229).

Sendo um produto social, a consciência depende criticamente do tipo de comunidade verbal ou cultural na qual tem origem. Como cada comunidade ou cultura mantém padrões distintos de

contingências, cada uma realça o conhecimento de aspectos especiais do mundo privado e do comportamento:

"Diferentes comunidades verbais geram diferentes espécies e graus de consciência e autoconhecimento. Filosofias orientais, Psicanálise, Psicologia Experimental, Fenomenologia, e o mundo dos negócios práticos levam à observação de sentimentos e estados mentais muito diferentes. Uma ciência independente do subjetivo seria uma ciência independente das comunidades verbais" (Skinner, 1974, p. 221).

A análise skinneriana da consciência é moldada sobre o conceito de contingências de reforço também em outro sentido: estas especificam relações onde, em presença de uma determinada situação, o indivíduo comporta-se de modo apropriado a produzir certo tipo de consequência reforçadora.

Assim, em um nível elementar, pode-se dizer que um indivíduo tem consciência de uma dada situação quando ele responde nessa situação de modo adequado para produzir um certo tipo de consequência reforçadora. Um boxeador alerta responde aos movimentos do seu oponente e, neste sentido, está consciente deles; ele também responde a vários eventos de seu mundo privado: ele poderá, por exemplo, sentir a dor provocada por um golpe ou a fadiga ao final da luta. Já um boxeador nocauteado está, como se diz usualmente, inconsciente: ele não responde aos movimentos do oponente, juiz e demais pessoas em volta, assim como não responde a eventos do seu mundo privado, não sentindo dor ou fadiga. Ele recuperará (provavelmente de modo gradual) a consciência quando for novamente capaz de responder a esses estímulos.

Mas, normalmente, a consciência envolve um nível mais específico e elevado de sensibilidade às contingências de reforçamento. Isto ocorre quando a comunidade verbal estabelece consequências reforçadoras para respostas de um indivíduo aos estímulos provenientes de seu próprio comportamento.

Estas respostas são, em geral, relatos do próprio comportamento que, dependendo da cultura, são especialmente encorajados e correspondentemente reforçados. Nestes casos, os estímulos (principalmente proprioceptivos) originados pelo comportamento são a parte principal da situação na qual uma resposta descritiva é freqüentemente reforçada por interesse, atenção ou especialmente por ações de outros indivíduos. Quando uma pessoa é sensível a este tipo de contingência diz-se que ela é consciente de sua ação.

"Nós estamos conscientes do que estamos fazendo quando descrevemos a topografia do nosso comportamento. Estamos conscientes de porque o estamos fazendo quando descrevemos variáveis relevantes, tais como aspectos relevantes da situação ou o reforço. A comunidade verbal produz comportamento autodiscriminativo perguntando 'O que você está fazendo?' ou 'Porque você está fazendo isto?' e reforçando adequadamente as respostas" (Skinner, 1969, p. 244).

Nós podemos adquirir um autoconhecimento razoável a respeito de nossos comportamentos manifestos, porque a comunidade verbal tem acesso a eles e pode modelar um repertório autodescritivo relativamente acurado. Curiosamente, o maior problema refere-se ao autoconhecimento daqueles eventos ou estados internos, incluindo conjuntos de estímulos privados e de respostas encobertas. Embora o indivíduo tenha um contato especialmente íntimo com estes eventos, a comunidade verbal não tem acesso aos estímulos privados e não tem meios para modelar um repertório autodescritivo acurado:

"Ao tentar estabelecer tal repertório, contudo, a comunidade verbal atua com uma grande desvantagem. Ela não pode arranjar sempre as contingências requeridas para discriminações sutis. Ela não pode ensinar a criança a chamar um padrão de estímulos privados "timidez" e um outro "embaraço" tão efetivamente quanto ela ensina a chamar um estímulo "vermelho" e um outro "laranja" porque ela não pode estar segura da presença ou ausência de padrões de estímulos privados apropriados para o reforçamento ou omissão do reforçamento. Assim, a privacidade causa problemas, antes de tudo, *para a comunidade verbal*. O indivíduo, por sua vez, também se ressentido. Uma vez que a comunidade verbal não pode reforçar consistentemente as respostas autodescritivas, a pessoa não é capaz de descrever ou de outro modo "conhecer" eventos ocorrendo debaixo de sua pele tão sutilmente e

precisamente como ela conhece os eventos do mundo ao redor" (Skinner, 1969, pp. 229-230, grifos e aspas do autor).

Assim, como o autoconhecimento é de origem social, ele torna-se problemático quando os eventos a serem conhecidos são inacessíveis ao grupo social que modela o repertório introspectivo e autodescritivo e, desta forma, leva o indivíduo a se autoconhecer.

A comunidade verbal tem, de acordo com Skinner (1953, pp. 150 e 151), várias formas para contornar o problema da privacidade. Ela pode recorrer a correlatos públicos de um evento privado: quando a criança sorri, pula e faz festas, um adulto pode observar: "Como você está alegre!" ou quando a criança bate a cabeça e chora o adulto pode observar: "Doeu". De acordo com Skinner, é quase certo que a criança adquira inicialmente estas respostas sob controle dos mesmos eventos públicos que exercem controle sobre o adulto, mas como, para ela, há eventos privados que os acompanham, a sua resposta pode cair gradualmente sob controle dos eventos privados: este processo pode levar a distorções porque a correlação entre os eventos públicos e privados dificilmente é perfeita.

De outro modo, respostas verbais adquiridas a eventos públicos podem ser usadas na discriminação de eventos privados com base em propriedades comuns entre os eventos públicos e privados:

"A linguagem da emoção, por exemplo, é quase inteiramente metafórica, seus termos foram tomados emprestados de descrições de eventos públicos nos quais tanto a comunidade quanto os indivíduos têm acesso aos mesmos estímulos. Aqui novamente a comunidade não pode garantir um repertório verbal acurado porque as respostas podem ser transferidas dos eventos públicos para os privados com base em propriedades irrelevantes" (Skinner, 1953, p. 150, trad. de J. C.Todorov e R. Azzi).

Deste modo o conhecimento e o relato dos eventos privados é normalmente mais grosseiro e inexato. O indivíduo poderá sentir dores físicas com muita intensidade, mas terá provavelmente muitas dificuldades ao descrevê-las a um médico: mesmo que ele possa localizá-las com razoável precisão, ele certamente terá muitas dificuldades para dizer de que tipo de dor se trata. Por um lado, ele não adquiriu um repertório verbal adequado para descrever com precisão o que ele sente e, por outro lado, como isto decorre da falta de um treinamento para realizar discriminações refinadas. O indivíduo na verdade não "conhece" com precisão o que ele está sentindo. O mesmo pode-se dizer do conhecimento dos chamados estados subjetivos (Engelmann, 1978). O trabalho de Engelmann, embora não tenha especificamente este objetivo, revela como é problemática para o indivíduo uma distinção sutil entre seus estados subjetivos. A pessoa terá dificuldade em descrever o que sente, as descrições serão, provavelmente, inconsistentes de pessoa para pessoa e haverá inconsistência também entre os diferentes relatos de uma mesma pessoa. A comunidade verbal tem, certamente, muito menos confiança neste tipo de relato: se alguém diz que "está desesperado", podemos achar que ele talvez esteja exagerando; talvez esteja apenas "triste" ou então "algo deprimido" ou quem sabe "preocupado" ou "angustiado". Talvez ele esteja querendo apenas atrair a nossa atenção. Se pouco depois o indivíduo tentar suicidar-se, já não duvidaremos de seu relato anterior, porque este terá sido corroborado por um inequívoco evento público. No entanto, os estados subjetivos são raramente acompanhados por eventos públicos assim inequívocos, tornando difícil para o indivíduo distinguir entre eles, e tornando o seu relato pouco confiável para a comunidade:

"As deficiências que geram *desconfiança* pública levam, no caso do próprio indivíduo, à simples *ignorância*. Parece não haver meios pelos quais o indivíduo possa aperfeiçoar a referência ao seu próprio comportamento a esse respeito. Isto é particularmente mau, pois ele tem provavelmente inúmeras razões para distorcer seu próprio relato para si mesmo" (Skinner, 1953, trad. de J. C.Todorov e R. Azzi, p. 151).

Concluindo, Skinner sustenta que o comportamento pode ocorrer sem que o indivíduo tenha consciência dele, no sentido de que a pessoa não se dá conta do que faz e não é capaz de relatá-lo para os outros ou para si própria. Entre estes comportamentos encontram-se os de ver, ouvir etc., os quais podem ocorrer também na ausência dos objetos diante dos quais foram adquiridos.

A comunidade verbal usualmente arranja contingências de reforço especiais que levam o indivíduo a discriminar e relatar seu comportamento e, em alguns casos, variáveis das quais eles são função. A comunidade verbal também arranja contingências para ensinar o indivíduo a discriminar e relatar eventos privados, mas neste caso as contingências são imperfeitas porque a comunidade não tem acesso direto aos eventos. O autoconhecimento resultante é provavelmente mais grosseiro e especialmente passível de distorção.

Assim, de acordo com Skinner, a consciência e autoconhecimento têm origem social e dependem das práticas da comunidade verbal na qual o indivíduo está inserido. O indivíduo tem mais facilidade para conhecer o mundo externo porque a comunidade pode modelar um repertório descritivo apropriado. O conhecimento do mundo interno pode vir a ocorrer; mas será provavelmente imperfeito.

Bibliografia

1. Giannotti, J. A. *O que é Fazer?* Estudos Cebrap, nº 9, 1974.
2. James, W. *Principles of Psychology*. Britannica Great Books, 1952.
3. Ryle, G. *The Concept of Mind*. N. Y., Barnes e Noble, 1950.
4. Schick, K. Operants. *Journal of the Experimental Analysis of the Behavior*, 1971, 15, 413-423.
5. Skinner, B. F. Two types of conditioned reflex and a pseudo-type. *The Journal of General Psychology*, 1935, 12, 66-77. Reimpresso em B. F. Skinner. *Cumulative Record*, N. Y., Appleton Century Crofts, 1972(a).
6. Skinner, B. F. The generic nature of the concept of stimulus and response. *The Journal of General Psychology*. 1935, 12, 40-65. Reimpresso em B. F. Skinner. *Cumulative Record*, N. Y., Appleton Century Crofts, 1972(b).
7. Skinner, B. F. Two types of conditioned reflex: A reply to Konorski and Miller. *The Journal of General Psychology*. 1937, 16, 272-279. Reimpresso em B. F. Skinner. *Cumulative Record*, N. Y., Appleton Century Crofts, 1972.
8. Skinner, B. F. *Science and Human Behavior*, N. Y., McMillan, 1953.
9. Skinner, B. F. Operant Behavior. Em: W.K.Honig (org.). *Operant Behavior: Areas of Research and Application*, N. Y., Appleton Century Crofts, 1964.
10. Skinner, B. F. *Verbal Behavior*, N. Y., Appleton Century Crofts, 1957.
11. Skinner, B. F. *Contingencies of Reinforcement: A theoretical Analysis*, N. Y., Appleton Century Crofts, 1969.
12. Skinner, B. F. *About Behaviorism*, London, Jonathan Cape, 1974.
13. Skinner, B. F. Why I am not a cognitive psychologist. *Behaviorism*, 1977, 5, 1-10.
14. Staddon, J. E. R. e Simmelhag, V. The superstition experiment. A Reexamination of its implications for the principles of adaptive behavior. *Psychological Review*, 1971, 78, 3-43.